

Antônio Maciel Bonfim (*Miranda*): um esboço biográfico

Antônio Maciel Bonfim (Miranda): a biographical sketch

Raimundo Nonato Pereira Moreira*¹

RESUMO

Este artigo discute a trajetória intelectual e a formação política de Antônio Maciel Bonfim (1905-1947), codinome *Miranda*, militante revolucionário e secretário-geral do Partido Comunista do Brasil (PCB) entre os anos de 1934 e 1936. Com base em investigações realizadas em fontes documentais e jornalísticas, o trabalho sugere a necessidade de reavaliação da biografia do dirigente comunista.

Palavras-chave: Antônio Maciel Bonfim (*Miranda*); História; Partido Comunista do Brasil (PCB).

ABSTRACT

This article discusses the intellectual trajectory and political formation of Antônio Maciel Bonfim (1905-1947), also known as *Miranda*, a revolutionary activist and General Secretary of the Communist Party of Brazil (PCB) between 1934 and 1936. Based on investigations of documentary and journalistic sources, the work suggests the need for revisions in the biography of the communist leader.

Keywords: Antônio Maciel Bonfim (*Miranda*); History; Communist Party of Brazil (PCB).

Personagem complexa da história das organizações brasileiras de esquerda, Antônio Maciel Bonfim (1905-1947) ainda não foi objeto de uma investigação histórica específica. A partir desta premissa, o artigo sistematiza resultados de uma pesquisa em curso, na perspectiva de discutir a trajetória do dirigente comunista. Mediante inquérito realizado em fontes documentais e jornalísticas sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), da Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), da Biblioteca Nacional (BN), da Fundação Maurício Grabois, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e do Centro de Documentação e Memória de Alagoins

* Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Salvador, BA, Brasil. raimundononatopereiramoreira@yahoo.com.br

(Cendoma), o texto também problematiza determinadas escolhas realizadas por Bonfim antes de sua transformação no legendário *Miranda*. Portanto, identificar e deslindar indícios relacionados à sua vida enseja revisitar os debates historiográficos atinentes à explosão do biográfico na contemporaneidade e, especificamente, à composição da biografia histórica (Dosse, 2009; Levi, in Ferreira; Amado, 1998, p.167-182; Levillain, in Rémond, 1996, p.141-184; Loriga, 2011).

ANTES DA FAMA

Antônio Maciel Bonfim nasceu no município de Irará, Bahia, em 10 de fevereiro de 1905, filho dos camponeses João Matias do Bonfim e Maria Maciel Bonfim.² Após a mudança da família para a cidade vizinha de Alagoinhas, o garoto (apelidado “Guaxinim” pelos companheiros de classe) cursou o “Educandário Maria Imaculada” – também conhecido como “Colégio dos Irmãos Maristas”.³ De acordo com Barros (1979, p.149), provenientes de La Valla-en-Gier, França, os Maristas chegaram a Salvador em 1904, instalando um colégio na capital baiana em 23 de julho do mesmo ano. Em 7 de fevereiro de 1905, os religiosos estabeleceram a escola em Alagoinhas. Em 1915, após manter por 10 anos os Cursos Elementar e Complementar, o “Colégio dos Irmãos Maristas” encerrou as suas atividades.

Conforme entrevista concedida pelo bacharel em Direito Pedro Bonfim, irmão da personagem investigada, a dedicação aos estudos levou o jovem Antônio a conquistar a simpatia dos padres responsáveis pelo “Educandário Maria Imaculada”, que aconselharam ao pai enviá-lo para o Seminário Marista, em Recife. No claustro, o noviço deu prosseguimento à paixão pelos livros, devorando, na adolescência, as obras de Cesare Cantu (1804-1895), Élisée Reclus (1830-1905), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Louis Adolphe Thiers (1797-1877), a *História dos Girondinos*, de Alphonse de Lamartine (1790-1869), volumes sobre Napoleão e outros sobre História e Política. No ponto em discussão, o bacharel desempenhou o papel de biógrafo, na medida em que estabeleceu relações causais e atribuiu sentido às leituras realizadas pelo estudante, decisivas para a formação do militante comunista: “Esgotou, em pouco, a biblioteca do Colégio. Julgo que tenha colhido aí o gérmen revolucionário”.⁴

No início da década de 1920, Antônio abandonou a carreira eclesiástica e ingressou no Exército, assentando praça na capital da República. Conforme as

informações prestadas pelo irmão, o jovem soldado participou da Revolta Paulista de 1924, estabelecendo, então, o primeiro contato com a prática revolucionária.⁵ Sobre a passagem de Bonfim pelas Forças Armadas, ainda não foi possível estabelecer dados mais precisos. Mas camaradas de militância e coetâneos reconheceram que o sertanejo de Irará prestou serviço militar no Exército ou ingressou na Polícia da Bahia, alcançando a patente de sargento (Lima, 1982, p.172; Reis, 1987, p.32; Rodrigues, in Fausto, 1993, p.378).

Ato contínuo, Bonfim reapareceu na Bahia, tornando-se professor do Colégio “Antônio Figueiredo”, em Salvador. Conforme afixou Barros (1979, p.298), o jovem mestre também exerceu o magistério em cursos secundários de várias casas de ensino de Alagoinhas. A julgar pelas fontes investigadas, Antônio foi um educador dedicado. Sobre o ponto em questão, ao longo da entrevista concedida em abril de 1940, o ex-secretário-geral do PCB afixou ter lecionado Francês, Matemática e outras matérias.⁶

O professor também militou no jornalismo, transformando-se em colaborador e redator do semanário *Correio de Alagoinhas*. Bonfim assinou pelo menos seis artigos na gazeta interiorana: “A consciência” (13 abr. 1925), “Lembrando” (25 maio 1925), “O ideal” (25 maio 1925), “Evolução” (29 jul. 1925), “Esperamos muitas reformas e mais o divórcio” (7 jun. 1926) e “Norte e sul do Brasil” (26 jul. 1926). Nos textos em que as questões políticas ocuparam o centro das preocupações do articulista, constatou-se a crítica moderada às mazelas da Primeira República. No artigo de 7 de junho de 1926, manifestou entusiasmo em torno da votação de alguns projetos pelo novo legislativo federal, coincidindo com o início do governo Washington Luís (1926-1930): mudança no padrão da moeda; reforma eleitoral; revogação da Lei de Imprensa; e adoção do divórcio. Intercedendo em favor da norma que autorizava a separação entre os casais, previa fortes reações do campo adversário: “Muitos torções moralistas levantar-se-ão contra o divórcio, tido aqui, nesta terra de luz, como uma cousa abominável, como um atentado à família, à honra, à tradição”. E concluía: “Nada disso meus senhores; blaterais em vão. A existência do divórcio é como a da penitenciária, serve-se dela quem quer ou precisa”. No texto de 26 de julho, lavrou o seu protesto contra as assimetrias regionais e as vicissitudes do pacto federativo: “O Norte não pode viver da mesma forma que o Sul. O que é justo para o Sul é extorsão para o Norte com civilização mais atrasada, recursos parcos, povo diferente, clima e produções diferentes, e vice-versa”.⁷

O intelectual, durante a visita a uma exposição escolar, apaixonou-se por uma professora do Colégio “Jesus, Maria, José”, escrevendo uma crônica sobre a moça no *Correio de Alagoinhas*. O romance transformou-se em noivado, prolongando-se até pelo menos setembro de 1929. Objetivando melhorar a situação financeira, mudou-se para Aracaju, capital do estado de Sergipe, onde trabalhou no Banco Estadual. Em dezembro de 1927, Bonfim era secretário da instituição. Porém, adoeceu e retornou à Bahia. Antes de se envolver em conspirações e conciliábulos, prestou serviços como auxiliar à operadora de serviços portuários *Wilson Sons & Company Ltda.*⁸

O REVOLUCIONÁRIO

Antônio Maciel participou da campanha da Aliança Liberal, como elemento independente, apoiando a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa. Após a derrota da coalizão liberal no pleito de 1º de março de 1930, passou a conspirar. A ligação com elementos oposicionistas ensejou a oportunidade de retornar à capital da República, na condição de emissário dos aliancistas baianos. É provável que a sua presença no Rio de Janeiro tenha resultado em alguma viagem ao sul do país e na consequente ligação com Luiz Carlos Prestes (1898-1990), que se encontrava exilado em Buenos Aires.

Na mesma linha de abordagem, o general João de Oliveira Freitas salientou que Bonfim, em abril de 1930, abandonou o posto na *Companhia de Petróleo Anglo-Mexicana* e atuou, no Rio de Janeiro, como elemento de ligação entre os militares que deflagraram a Revolução de 1930 e os conspiradores da Bahia.⁹ Descontente com os rumos das articulações que resultaram no movimento de outubro, o jovem Antônio Bonfim aderiu à Liga de Ação Revolucionária (LAR), agrupamento criado por Prestes, em julho de 1930, na Argentina (Carone, 1978, p.328-332; 1982, p.233-234; Rodrigues, in Fausto, 1993, p.370; Vianna, 2007, p.71, 112-115). Até então, recebia um salário de 1.200 mil-réis mensais como professor contratado da petrolífera e foi um dos criadores da LAR, discutindo com Prestes e Silo Meirelles (1900-1957) o manifesto inicial do grupo. Em seguida, atuou alguns meses como secretário da liga na Bahia, até a sua dissolução e o rompimento com o líder, em dezembro de 1930 (Waack, 1993, p.65).

Em 15 de setembro de 1930, Antônio Maciel Bonfim foi preso, na cidade de Alagoinhas, acusado de subversão comunista. A polícia também deteve os

operários Manoel Ribeiro e João Pacífico de Souza, suspeitos de auxiliarem Bonfim na realização de propaganda subversiva entre os operários de Salvador e Alagoinhas, além de promoverem um encontro comunista no logradouro de Maçaranduba, assistido por mais de cinquenta pessoas. Conforme as investigações, Antônio, Manoel e João compunham o núcleo dirigente da LAR na Bahia. Conduzido à Delegacia da Segunda Circunscrição, Maciel declarou que era comunista, acrescentando que mantinha correspondência com Prestes e outros indivíduos. Em seu poder, a polícia encontrou “vários documentos comprometedores”, inclusive uma carta endereçada por Bonfim a um amigo. O professor estranhava o silêncio do *Cavaleiro da Esperança*, que não havia respondido às últimas missivas, inclusive aquela em que demandava uma subvenção. E concluía: “Caso não possa entrar em ação nesta capital, tomarei outro destino com as minhas ideias revolucionárias”.¹⁰

Antônio Maciel foi identificado pela Secretaria da Polícia e Segurança Pública do Estado da Bahia, em 19 de setembro, na ficha policial de número 4.608. Em 27 de setembro, o *Diário de Notícias* anunciou a soltura de Bonfim, Manoel Ribeiro e João Pacífico, até então mantidos presos e incomunicáveis, em virtude de um *habeas corpus* impetrado pelo major Cosme de Farias (1875-1972), notório defensor de causas sociais.¹¹ Libertado, Antônio viajou para Alagoinhas, escondendo-se, pois temia novas perseguições. Por incrível que pareça, a Revolução foi ao encontro do militante prestista. Em 24 de outubro, uma coluna de militares amotinados, comandada pelo capitão Agildo Barata (1905-1968), entrou vitoriosamente na cidade (Barata, 1978, p.145; Barros, 1979, p.205). O jovem Bonfim apresentou-se às hostes rebeldes, mas divergia do movimento aliancista. Permaneceu preso, durante 2 meses, na casa de uma irmã. Logo depois, desapareceu do olhar vigilante dos familiares.

A personagem ressurgiu em 21 de julho de 1931, quando foi preso, na cidade do Rio de Janeiro, acusado de ser um “comunista perigoso”. Uma semana depois, prestou declarações ao delegado João Castelo Branco, da Quarta Delegacia Auxiliar. Inquirido, alegou chamar-se *Américo de Carvalho*, filho de João Matias de Carvalho e Maria Carvalho, e ser natural do estado de Sergipe. Indagado sobre outras questões, respondeu ter 26 anos, ser solteiro, trabalhar como empregado no comércio e residir na Rua Salvador Correia. Depois de assinar o Auto de Qualificação, foi posto em liberdade. Em 22 de janeiro de 1932, “por ser elemento reconhecidamente comunista”, ainda se valendo do pseudônimo *Américo de Carvalho*, foi preso novamente. No dia seguinte, após prestar declarações ao delegado João Castelo Branco, foi recolhido à Casa de

Detenção e, em 1º de abril, transferido para a Colônia Correcional de Dois Rios, na Ilha Grande, litoral do estado do Rio de Janeiro.¹²

Após o encerramento das atividades da LAR, Antônio Bonfim procurou ingressar no PCB. Conforme Basbaum (1983, p.75; 1976, p.138-139), em princípios de 1932, o comitê central do partido recebeu uma “estranha carta do Paraná” de alguém que se dizia membro da LAR. O signatário afirmava ter sido preso na Bahia e deportado para o Uruguai, mas conseguira fugir dos guardas no estado sulino. O missivista solicitava ajuda e requeria ingresso nas fileiras comunistas. Assinava a carta “Américo Maciel Bonfim”, nome desconhecido para os integrantes da direção que, considerando o passado prestista do suplicante, não o aceitaram. Na Ilha Grande, Basbaum conheceu Bonfim, que superou as suspeitas iniciais e ganhou a confiança de muitos companheiros. “Bom de bico”, bem-falante, contava, em meio ao relato das “aventuras rocambolescas”, que era professor na Bahia (de primeiras letras) e desejava entrar no partido. Em novembro de 1932, Bonfim empreendeu fuga na companhia dos comunistas José Desidério e José Caetano Machado. Na sequência, ingressou no PCB, ascendeu meteoricamente na estrutura partidária, galgando posições intermediárias, e chegou à secretaria-geral, em julho de 1934 (Basbaum, 1976, p.139; Dulles, 1977, p.402-403; Lima, 1982, p.168-169).

A notável escalada de Antônio Maciel Bonfim no aparelho partidário explica-se, em parte, pelas mudanças determinadas pela Internacional Comunista na política de alianças dos partidos afiliados. Segundo Dulles (1977, p.340), no início de 1930, em uma reunião, em Moscou, o *Presidium* da Comissão Executiva da Internacional, capitaneado por Dimitri Manuilski (1883-1959), instruiu as organizações revolucionárias a “romperem o cordão umbilical que os prendia à sociedade burguesa de classe”. Manuilski exigiu dos partidos comunistas da América Latina “uma transformação radical de toda a prática diária, na direção a uma política independente de classe”. O dirigente criticou as práticas que julgava causarem a “degeneração” dos blocos operários e camponeses latino-americanos em partidos “paralelos” às agremiações comunistas. Para o PCB, sobrou a grave denúncia de colaboração, “sob o disfarce do bloco operário e camponês”, com a Coluna Prestes. A diretriz de Manuilski foi a palavra de ordem da conferência de Buenos Aires do Secretariado Sul-Americano da Internacional, realizada entre abril e maio de 1930. Além de considerar os “desvios de direita” dos dirigentes e a posição a ser assumida pela seção brasileira frente a uma nova revolta tenentista, o Secretariado enfatizou a necessidade de “proletarizar” o PCB. Ou seja, podem-se rastrear na

conferência os indícios da devoção extremada ao *obreirismo*, política adotada pelo partido e responsável pela elevação de militantes “genuinamente operários” aos postos de comando. Não obstante o reduzido número de intelectuais nas instâncias superiores do PCB, dirigentes como Astrogildo Pereira (1890-1965), Otávio Brandão (1896-1980) e Leôncio Basbaum (1907-1969), acusados de “desvios de direita” e de pertencerem à pequena burguesia, foram afastados do comitê central ou caíram em desgraça (Basbaum, 1976, p.93-94; Brandão, 1978, p.378-381; Dulles, 1977, p.339-340).

As mudanças determinadas pela Internacional atingiram a direção do PCB e criaram o clima no qual vicejou o *obreirismo*. Como consequência, o comitê central do partido vivenciou grande instabilidade até a conferência nacional de 1934. Assim, em novembro de 1930, uma reunião ampliada destituiu Astrogildo Pereira da secretaria-geral. Para o lugar de Astrogildo, os comunistas escolheram, em janeiro de 1931, Heitor Ferreira Lima (1905-1989), alfaiate e sindicalista, recém-chegado ao Brasil, após passar 3 anos na União Soviética, cursando a Escola Leninista. Não obstante o respeitável currículo, Heitor foi demitido da secretaria-geral por Inês Guralski, representante do Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista (BSA), que o despachou, em junho do mesmo ano, para o Nordeste. Como secretário interino, assumiu o médico Fernando de Lacerda (1891-1957). Em meio aos conflitos que cindiam o pequeno e efêmero comitê central, entre janeiro e março de 1932, Lacerda, alegando complicações cardíacas e não ser um autêntico proletário, apresentou o nome do metalúrgico José Vilar (*Miguel*) para o cargo (Dulles, 1977, p.366, 368, 389, 395; Lima, 1982, p.139-148; Basbaum, 1976, p.76-77, 94, 109, 111, 115).

A polícia também criou transtornos para o PCB. Em São Paulo, durante o mês de maio de 1932, uma greve de diversas categorias de trabalhadores (operários do ramo calçadista, ferroviários, vidraceiros, gráficos, tecelões etc.) ensejou às forças da repressão a oportunidade de destroçar o comitê central do partido, então liderado por José Caetano Machado. Os policiais detiveram o novo secretário-geral, além de Leôncio Basbaum e os sindicalistas Roberto Morena (1902-1978) e Mário Grazini (1898-1958). Os remanescentes da direção buscaram se reorganizar no Rio de Janeiro. Em novembro, os comunistas elegeram um novo secretário-geral: o operário gráfico Duvitiliano Ramos (*Freitas*). Para a Secretaria de Agitação e Propaganda foi escolhido o tecelão Domingos Brás (*Mauro* ou *Jarbas*). Antes do término do ano, Brás assumiu a secretaria-geral, em virtude da prisão de Duvitiliano. A convite de *Mauro*,

Bonfim tornou-se uma espécie de assessor do comitê central (Basbaum, 1976, p.122-123, 140-141; Del Roio, in Ridenti; Reis, 2007, p.49; Dulles, 1977, p.397-398, 403-404).

Paradoxalmente, embora o PCB buscasse militantes “genuinamente operários”, as afinidades literárias também uniam Bonfim, *Freitas e Mauro*. Antigo militante comunista e candidato a deputado federal nas eleições de março de 1930, pelo estado do Rio de Janeiro, na chapa do Bloco Operário e Camponês (BOC), o operário negro Duvitiliano Ramos escreveu romances e pesquisas históricas que não encontram editor. Quanto a Domingos Brás, também postulante a uma cadeira no Congresso Nacional pelo BOC, tratava-se de um sonetista que sobreviveu ao desterro para a Colônia Penal de Clevelândia do Norte, transitando do anarquismo para o comunismo – em fevereiro de 1929, o jornal anarquista *Ação Direta* publicou um artigo assinado por Brás (Dulles, 1977, p.337, 360; Brandão, 1978, p.272).

Por sua vez, Vianna (2007, p.72) destacou que, nos primeiros meses de 1933, o Bureau Sul-Americano enviou ao Brasil uma delegação, encarregada de organizar cursos de formação de quadros. Nas aulas, destacaram-se Antônio Maciel Bonfim e Lauro Reginaldo da Rocha (1908-1991), codinome *Bangu*, que foram cooptados para a direção partidária, no curso de uma reunião ampliada do comitê central do PCB com os “instrutores” do BSA. *Bangu* foi escolhido secretário-geral até o congresso ou conferência da organização – realizada em julho de 1934 e que alçou Bonfim ao topo da seção brasileira da Internacional Comunista. Além do secretário-geral, o comitê central do PCB era composto, dentre outros, por Honório de Freitas Guimarães (*Martins*), *Bangu* e Adelino Déicola dos Santos (*Tampinha*). No exercício do cargo, o baiano passou a ser conhecido como *Miranda* – também adotou os pseudônimos *Adalberto de Andrade Fernandes*, *Queiroz* (ou *Keiros*) e *Tavares* (Abreu et al., 2001, p.704-705).

“O FAMOSO *MIRANDA*”

Realizada nas imediações de Niterói, a Conferência Nacional de julho de 1934 escolheu os delegados ao VII Congresso da Internacional Comunista, a ser realizado no mesmo ano. *Miranda*, *Bangu*, José Caetano Machado (*Alencar*), Valdevino de Oliveira (*Divino*), Fernando de Lacerda e Elias da Silva (*André*) comporiam a embaixada brasileira (Dulles, 1977, p.418; Lima, 1982,

p.183-184; Vianna, 2007, p.75; Waack, 1993, p.70). Em Moscou, Bonfim reencontrou Prestes, exilado na União Soviética desde novembro de 1931. Conforme reconheceu o secretário-geral na autobiografia depositada em Moscou, com data de 7 de novembro de 1934, as divergências entre as personagens surgiram com a dissolução da LAR (Waack, 1993, p.65).

Não obstante a animosidade com Bonfim, as relações entre Prestes e o PCB já eram conflituosas. Na verdade, os caminhos do comandante militar e da organização de esquerda se cruzaram a partir de um encontro amistoso entre o líder tenentista e Astrogildo Pereira, ocorrido em dezembro de 1927, em Puerto Suarez, Bolívia. O interesse do partido em recrutar Prestes ficou mais evidente em maio de 1929, quando Paulo de Lacerda (1893-1967) e Leôncio Basbaum entraram em contato com o capitão, que havia fixado residência em Buenos Aires. Segundo a versão de Prestes, Lacerda apresentou o programa do PCB e convidou-o para ser o candidato do partido nas eleições presidenciais de 1930. Alegando fidelidade aos demais *tenentes*, o militar recusou o convite (Moraes; Viana, 1997, p.54-56). Porém, conforme a narrativa de Basbaum, Prestes, Antônio de Siqueira Campos (1898-1930) e Juarez Távara (1898-1975) consideraram o programa do PCB “demasiado radical”, pois mencionava, dentre outros pontos, “anular nossas dívidas externas”, o que lhes parecia “absurdo e temerário” (Basbaum, 1976, p.68-72).

Entretanto, a partir de junho de 1930, o PCB foi instruído pela Internacional a preparar a revolução, manter distância de revoltas militares e evitar a “infiltração prestista” na vida do partido. Assim, os dirigentes passaram a expor os desvios pequeno-burgueses do *Cavaleiro da Esperança*. Segundo a análise elaborada pelos comunistas, Prestes não mencionava o papel dirigente do proletariado na revolução brasileira e desejava colocar-se acima das classes e dos partidos políticos. Quanto à LAR, tratava-se de um partido destinado a repetir a experiência do *Kuomintang*, que, chefiado pelo general Chiang Kai-shek (1887-1975), massacrou os comunistas chineses, até então seus aliados, em abril de 1927. Mesmo após dissolver a LAR e publicar, em 12 de março de 1931, uma carta na qual acatava a linha política da Internacional, Prestes continuou sendo visto como um adversário do partido, em virtude da popularidade que gozava sobre as massas não experimentadas na luta revolucionária (Carone, 1982, p.83-96; Dulles, 1977, p.340-342, 348-349, 352, 376, 380-381).

Na União Soviética, em julho de 1943, Prestes buscou o apoio de Manuilski, disposto a resolver a sua situação de comunista sem partido. Assim, o expoente da Internacional verificou a correspondência brasileira e constatou que o

comitê central mantinha a oposição à entrada do militar na organização. “Mostrando-se contrariado, deu um soco na mesa e disse: ‘Telegrafem! Que publiquem imediatamente que Luiz Carlos Prestes é membro do PCB!’ ... E assim se fez” (Prestes apud Vianna, 2007, p.120). No curso de outro depoimento, o veterano dirigente reconheceu a pressão exercida pela Internacional sobre a seção brasileira: “O desfecho das negociações foi muito simples: Manuiski deu um soco na mesa e disse que eu entraria no partido de qualquer jeito. Miranda não teve como fugir à determinação do Comintern” (Prestes apud Moraes; Viana, 1997, p.79).

Todavia, Waack (1993, p.58) destacou que o ultimato de Moscou à seção brasileira antecedeu a julho de 1934. Assim, em 11 de março do mesmo ano, um encontro dos membros do secretariado político do “Estado-maior da Revolução Mundial” aprovou uma resolução pedindo ao PCB que admitisse Prestes. No mesmo dia, foi enviado um telegrama ao comitê central brasileiro dando conta da deliberação, aguardando resposta urgente e mandando publicar a filiação na imprensa partidária. Moscou estranhou a ausência de pronta resposta e cobrou o cumprimento da resolução em novos telegramas – 17 de abril, 14 de maio e 11 de junho. O comitê central resistiu o quanto pôde, mas, em 1º de agosto de 1934, *A Classe Operária* publicou um artigo de Prestes, intitulado “O Exército Vermelho em 1934”. Em 12 de setembro do mesmo ano, o órgão de imprensa veiculou, em uma breve nota, a filiação de Luiz Carlos Prestes ao Partido Comunista do Brasil.¹³

Munido com o passaporte brasileiro número 3.805, em nome de Adalberto de Andrade Fernandes, *Miranda* embarcou para a Europa, no começo de setembro de 1934, chefiando a delegação brasileira chamada a participar do VII Congresso da Internacional Comunista – posteriormente adiado para o ano seguinte. Aproveitando a presença dos representantes latino-americanos em Moscou, realizou-se, entre os dias 16 e 28 de outubro, a Terceira Conferência dos Partidos Comunistas da América Meridional e do Caribe (Waack, 1993, p.69-73; Vianna, 2007, p.145). Sobre o ponto em discussão, destaque-se que os informes apresentados por Bonfim nos “encontros de Moscou” e os seus desdobramentos para os levantes de novembro de 1935 ainda alimentam batalhas de memória e discussões historiográficas (cf. Lima, 1982, p.184-186; Moraes, 2008, p.83-84; Prestes, 2008, p.73-77; Vianna, 2007, p.145-152). Em linhas gerais, não obstante as reavaliações históricas, ainda é influente a versão de Prestes, segundo a qual “não houve nenhuma orientação de Moscou para que a insurreição acontecesse. A responsabilidade é do nosso partido e do

secretário-geral, *Miranda*, que transmitia informações falsas sobre o que estava acontecendo” (Prestes apud Moraes; Viana, 1997, p.83).

De acordo com Vianna (2007, p.146-148), as opiniões que os brasileiros apresentaram em Moscou foram extremamente exageradas, ou, no jargão partidário, “baluartistas”, asseverando o papel dirigente do PCB nas greves em curso no país. *Miranda*, valendo-se do pseudônimo *Queiroz*, no informe “Em vésperas da Revolução no Brasil”, não apenas confirmou a influência da seção brasileira nas greves operárias e na polícia como destacou que as massas camponesas iniciavam lutas armadas mediante guerrilheiros cangaceiros. Assinale-se que, em abril de 1934, Prestes também havia considerado *Lampião* e o seu bando “camponeses insurretos”. Conforme o líder tenentista, o PCB poderia levá-los por um caminho mais certo e à luta consciente por seus interesses de classe, na perspectiva de um grande movimento contra o feudalismo e o imperialismo. No que diz respeito a *Miranda*, os exageros eram justificados para gerar “entusiasmo revolucionário”. Assim, se os erros de avaliação da conjuntura brasileira não foram uma exclusividade do PCB, coube a Bonfim acrescentar os ingredientes de sua exuberante fantasia. E quanto mais exagerou a mobilização revolucionária das massas e a força do partido, mais calorosamente foi saudado por Manuilski. Conforme Prestes, o homem forte da Internacional não se cansava de repetir: “Ah, se tivéssemos na Europa um secretário político que conhecesse o partido como esse jovem conhece!...” (Prestes apud Vianna, 2007, p.148).

Considerando as *estratégias da ilusão* sobre a revolução mundial e os desdobramentos no processo revolucionário que muitos acreditavam estar em curso no Brasil durante as décadas de 1920 e 1930, Pinheiro (1992, p.233) relativizou o papel desempenhado pelos “informes-baluartes” de *Miranda* nos encontros de Moscou. Conforme o autor, ao contrário da versão pueril segundo a qual foram as informações inexatas e triunfalistas de Bonfim que levaram ao envolvimento da Internacional Comunista, o caminho aberto desde 1928 que levou às insurreições de 1935 foi pavimentado a partir de análises delirantes e megalomaniacas, que retiravam alguns fiapos da realidade concreta e os engrandeciam para colocar os comunistas à altura dos papéis a serem desempenhados. Assim, para estar “à altura dos acontecimentos”, o discurso deslucou-se da realidade e se elevou aos céus para atingir o efeito desejado. “Quando as premissas são ilusões, a conclusão tem que ser igualmente ilusória”.

De qualquer forma, a partir dos encontros realizados na capital soviética, Manuilski aceitou o retorno de Prestes ao Brasil e destacou “assessores” – dentre

os quais Arthur Ewert (1890-1959), Rodolfo Ghioldi (1897-1985) e Olga Benario (1908-1942) –, que auxiliariam os comunistas locais nos preparativos para a tomada do poder. Mas as articulações em alto nível não serenaram as desconfianças existentes entre Prestes e *Miranda*. Conforme sublinhou Vianna (2007, p.152), as relações de encoberta rivalidade entre o secretário-geral do PCB e o seu antigo guia na LAR influíram nos acontecimentos de 1935. Por um lado, Prestes estava convencido de que voltava para dirigir a revolução. Por outro, embora entusiasmado com o rumo dos acontecimentos – em parte criado pela sua imaginação fértil –, para *Miranda*, a revolução não estava na ordem do dia. Enfim, o comandante da *Coluna Invicta* deveria se entender com o dirigente do partido que recusou a sua entrada na organização. Segundo a versão de Prestes, o antagonismo já havia ficado evidente, em Moscou, quando Manuilski elogiou muito a sua figura e o seu papel. “Exaltou mais do que a *Miranda* e isso criava um ambiente desagradável” (Prestes apud Vianna, 2007, p.152).

A análise das evidências investigadas demonstra uma competição muito mais acirrada do que o general da coluna reconheceu nas entrevistas concedidas durante os últimos anos da sua vida. Segundo Waack (1993, p.184-187), nos 2 meses que precederam as insurreições de novembro de 1935, o secretário-geral do PCB viveu uma crise pessoal de autoridade. *Miranda* chegou a escrever uma carta ao Secretariado Latino-Americano, pedindo para ser afastado da direção e retornar ao trabalho de base, preferencialmente no setor militar. Embora descrito como fanfarrão, falastrão e inconsequente, o revolucionário baiano tinha sensibilidade para perceber que, no futuro, Prestes daria as ordens. Johann de Graaf (1894-1980), vulgo *Franz Gruber*, reproduziu uma troca de farpas entre o secretário e o líder tenentista, ocorrida no começo de novembro de 1935. “O chefe do partido sou eu”, disse *Miranda*. “Logo sou eu que vou comandar aqui no Brasil e dar as ordens”, retrucou Prestes. Sentindo-se pressionado, o dirigente adotou a postura de não admitir qualquer contestação vinda de baixo, o que alimentou ressentimentos de *Martins* e *Bangu*. Na verdade, *Miranda* retornou de Moscou bastante mudado, abandonando o estilo de trabalho coletivo, irritando-se quando um camarada não compartilhava dos seus pontos de vista.

No embate contra Prestes, quem sabe buscando defender o posto de secretário-geral ou assegurar um lugar na futura ordem revolucionária, *Miranda* passou a assinar com variações do próprio nome os textos que publicava em *A Classe Operária*. Na edição de 10 de abril de 1935, sob o sobrenome Bonfim, o dirigente cumprimentou a greve dos ferroviários da Leste Brasileiro na Bahia.

Em 1º de maio, utilizou outra variante: A. Bonfim. Na edição de 20 de junho, assinou como A. Maciel Bonfim (*Miranda*) um artigo sobre as guerras imperialistas. No mesmo número, o órgão central do PCB explicou aos membros e simpatizantes do partido que o camarada *Miranda* passou a assinar os seus artigos no jornal com o nome de A. Maciel Bonfim.¹⁴ Nos meses seguintes, os esbirros de Filinto Müller (1900-1973) devem ter agradecido à administração de *A Classe Operária* pelo oportuno esclarecimento.

Os conflitos entre *Miranda* e Prestes chamaram a atenção dos dirigentes da Internacional Comunista, que buscaram soluções para o impasse. Assim, no VII Congresso da organização, realizado entre os dias 25 de julho e 20 agosto de 1935, o secretário-geral do PCB foi eleito para o Comitê Executivo (EKKI). Infelizmente, o revolucionário baiano não retornou a Moscou para buscar a carteirinha de número 32, em nome de *Antonio Queiroz* (pseudônimo adotado pelos soviéticos nos contatos com Bonfim). A entrada no clube da Revolução Mundial queria dizer que *Miranda* tinha a mesma posição hierárquica que Prestes, embora o prestígio político e pessoal do *Cavaleiro da Esperança* fosse incomparavelmente maior (Waack, 1993, p.184-185).

Os limites do presente trabalho impossibilitam uma abordagem satisfatória dos levantes de novembro de 1935, ocorridos em Natal, em Recife e no Rio de Janeiro. De toda sorte, destaque-se que as notícias sobre os combates travados no Nordeste chegaram à capital federal no domingo, 24 de novembro. Na versão de Prestes, ao saber dos acontecimentos, procurou *Miranda*, pois não admitia tomar decisões mais graves à revelia do secretário-geral. Conforme o líder tenentista, o dirigente também foi informado dos levantes no domingo, mas somente estabeleceu contato com a direção do partido e os enviados da Internacional na tarde do dia seguinte. Após intensas discussões e com base no argumento segundo o qual uma insurreição no Rio de Janeiro fortaleceria os movimentos em curso, as principais personagens concordaram com um plano que previa sublevar militares e mobilizar operários, que deveria ocorrer entre a noite de 26 e a manhã de 27 de novembro. Segundo Prestes, a decisão final foi unânime e “quem vacilou mais foi o *Miranda*” (Vianna, 2007, p.321, 323-327).

ANOS TORMENTOSOS (1936-1940)

Com o fracasso das insurreições de novembro de 1935, o governo Vargas intensificou a perseguição aos opositores de todos os matizes, com destaque

para os comunistas. Em 13 de janeiro de 1935, o secretário-geral do PCB foi preso, quando se encontrava no aposento número 11 do Edifício “Apartamentos Vilela”, localizado na Av. Paulo de Frontin, 606. Na companhia do dirigente estavam a sua companheira, Elvira Copello Calonio (*Elza Fernandes*), e o militante Pedro Luís Teixeira.¹⁵ Conduzido à Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPPS), o revolucionário foi identificado três vezes, como *Adalberto de Andrade Fernandes*, *Américo de Carvalho* e, finalmente, Antônio Maciel Bonfim (Brasil, 1936, p.52).

Miranda foi muito torturado e, durante os interrogatórios, confrontado com a volumosa documentação apreendida na sua casa e nos *aparelhos* ocupados por Ewert e Prestes. No que diz respeito à violência policial, o deputado Octávio da Silveira (1895-1966) aduziu como uma das razões para a concessão do *habeas corpus* impetrado em favor de Adalberto Fernandes e Clóvis de Araújo Lima o fato de “terem sido e estarem sendo os pacientes espancados diariamente”.¹⁶ Da mesma forma, os presos políticos da Casa de Detenção, em uma carta enviada ao presidente Getúlio Vargas, denunciaram as arbitrariedades cometidas por delegados e agentes da DESPPS contra o secretário-geral do PCB. Conforme os autores do memorial, Antônio Bonfim foi seguidamente espancado a golpes de cano de borracha, socos e pontapés entre os dias 13 e 19 de janeiro. “Esses espancamentos foram seguidos de torturas, inclusive enterramentos de alfinetes debaixo das unhas. Todas as surras foram até a perda dos sentidos”.¹⁷

Conforme destacou Vianna (2007, p.382), o secretário-geral adotou a estratégia de confirmar tudo o que a polícia já sabia e de se calar no que lhe pudesse fornecer novos elementos. Assim, esclareceu os codinomes que apareciam nos documentos apreendidos, mas se calou sobre a existência de Ghioldi e de Olga Benario. Segundo Waack (1993, p.284, 287), a resistência inicial de Bonfim à pancadaria salvou a direção do PCB de uma catástrofe. Caso ele ou *Elza* tivessem falado nas primeiras horas de tortura, a polícia poderia ter detido, de uma só vez, os dirigentes do partido. Aliás, nenhum integrante da hierarquia partidária em destaque foi encontrado pela polícia nos 2 anos seguintes, não obstante a onda repressiva, apoiada por instrumentos legais e um furioso clima anticomunista.

Amargando a desconfiança dos companheiros, Bonfim também se preocupava com o desaparecimento da sua companheira. Não há informações mais precisas acerca de como o secretário-geral conheceu Elvira Copello Calonio,¹⁸ uma moça cuja idade, em 1936, situava-se entre 16 e 21 anos (variando

conforme a fonte investigada), analfabeta, a caçula de um quarteto de crianças, filhas de camponeses pobres, e que muito cedo se tornaram órfãs. Os três irmãos da jovem, inclusive o mais velho, Luís, eram militantes do PCB. *Miranda* e *Elza* moravam juntos desde meados de 1935 e a jovem conheceu as personagens centrais do levante no Rio de Janeiro, o que se revelou trágico para a sua existência (Waack, 1993, p.187-188).

Em 25 ou 26 de janeiro de 1936, *Elza* foi posta em liberdade. A jovem trazia bilhetes de *Miranda*, nos quais o secretário avisava que a direção do partido era conhecida pela polícia e rogava que hospedassem a companheira. Os contatos de Elvira eram perigosos, uma vez que ia constantemente à delegacia visitar o marido e saía em busca de integrantes do PCB, levando recados. A direção começou a desconfiar que a *Garota* estivesse a serviço da polícia. Por sua vez, Prestes não admitia que a polícia aceitasse encontros entre *Miranda* e a esposa, nem que pudesse enviar cartas por seu intermédio. O militar desconfiou até mesmo da caligrafia dos bilhetes, que acreditava forjados pela repressão. “Prestes, indignado, convenceu-se da existência de uma trama montada pela polícia para desmoralizar o partido e que Elza seria o instrumento consciente de tal provocação” (Vianna, 2007, p.388-389).

Os dirigentes do PCB levaram *Elza* para a casa de Adelino Deícola dos Santos (*Tampinha*), localizada no bairro carioca de Deodoro, ao tempo em que a interrogavam e discutiam a sua sorte. Parte significativa de fevereiro foi consumida por uma nervosa correspondência entre a direção do PCB e Prestes. O comandante insistia na tese da provocação policial e sugeria a eliminação física da *Garota*. Contudo, os dirigentes relutavam na execução da “tarefa” macabra. A análise do conjunto de evidências disponíveis indica que a carta de 18 de fevereiro, na qual o militar deplorou a “falta de resolução” do secretariado nacional frente a uma traidora, selou o destino de *Elza*. “A questão colocava-se de forma simples, para o general da coluna: estava-se numa guerra e numa guerra desertores e traidores devem ser submetidos a julgamento sumário e eliminados” (Vianna, 2007, p.395). No final de fevereiro ou início de março de 1936, a companheira de *Miranda* foi estrangulada por Francisco Natividade Lyra (*Cabeção*), auxiliado por *Martins*, Eduardo Ribeiro Xavier (*Abóbora*), *Tampinha* e Manoel Severiano Cavalcanti (*Gaguinho*). Em seguida, o corpo da moça foi colocado em um saco e enterrado no quintal do imóvel em que residia Deícola (Vianna, 2007, p.389-395). Em 3 de março, Prestes exigiu e obteve de Honório a correspondência sobre o caso *Elza*. Porém, as mensagens

comprometedoras caíram nas mãos da polícia em 5 de março, devido à prisão do líder tenentista (Waack, 1993, p.300).

Na edição de 2 de abril de 1936, o jornal *Estado da Bahia* estabeleceu a verdadeira identidade do secretário-geral do PCB e publicou dados biográficos do revolucionário baiano. Nos dias seguintes, a gazeta veiculou outras matérias, inclusive a entrevista com o bacharel Pedro Bonfim.¹⁹ O “furo” de reportagem ecoou na capital federal e as informações acerca da vida pregressa de Antônio Bonfim foram transcritas na imprensa carioca.²⁰ Por uma ironia da História, graças ao jornalismo investigativo da folha soteropolitana, a polícia logrou estabelecer o dado que faltava na moldura biográfica do dirigente comunista. Em 5 de abril, nas dependências da Chefatura da Polícia Civil do Distrito Federal, *Miranda*, já qualificado como Antônio Maciel Bonfim, prestou declarações ao delegado Eurico Bellens Porto.²¹

Em 24 de novembro de 1936, Bonfim foi acusado, com base na Lei nº 38, de 4 de abril de 1935 (que definia crimes contra a ordem política e social), de subversão comunista. Em 5 de maio de 1937, foi sentenciado pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN) a 4 anos e 4 meses de reclusão. O recurso de apelação impetrado pelo seu defensor foi julgado pelo Supremo Tribunal Militar (STM), em 13 de setembro do mesmo ano, que confirmou a sentença do TSN no tocante à condenação dos líderes do movimento de novembro de 1935. Transferido para a prisão de Fernando de Noronha, em 13 de dezembro de 1938, retornou ao Rio de Janeiro, em 29 de março de 1940, para tratamento de saúde, no Presídio da Ilha Grande. Finalmente, após 4 anos, 6 meses e 6 dias de encarceramento, Bonfim foi libertado, em 19 de julho de 1940.²²

Contudo, antes de ser posto em liberdade, o secretário-geral do PCB teve de enfrentar os desdobramentos do *caso Elza*. Entre os meses de março e abril de 1940, muitos integrantes do comitê central do PCB (dentre os quais *Martins, Bangu e Abóbora*) foram presos. Em 17 de abril, a partir da confissão dos dirigentes (arrancada sob tortura), a polícia descobriu o local do sepultamento, exumou o cadáver de Elvira – com a presença do irmão mais velho da vítima – e reconstituiu o crime, ritual coberto pelos jornais, filmado e exibido nos cinemas do país. A execução da *Garota* proporcionou farto material para a “indústria” do anticomunismo no Brasil (Motta, 2002, p.161-178). Em que pese ter sido condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional a 30 anos de prisão, sob a acusação de ser o mandante do assassinato, Prestes foi libertado em abril de 1945, com a anistia dos presos políticos do Estado Novo. Até os últimos anos da sua longa existência, o comandante da *Coluna Invicta* negou

peremptoriamente ter ordenado a morte de *Elza* (Moraes; Viana, 1997, p.116-117).

Conforme assinalou Vianna (2007, p.395), foi somente depois de saber do assassinato da companheira que *Miranda* passou a colaborar com a polícia. Em 20 de abril, *A Noite* publicou uma longa entrevista com o ex-secretário-geral do PCB. Na conferência, revelou detalhes do relacionamento amoroso e o projeto de um futuro casamento, abortado com a morte de *Elza*. Bonfim mencionou aspectos da trajetória profissional e da formação política, declarando-se revolucionário desde 1922. Assinalou que pediu demissão da secretaria-geral duas vezes: a primeira, antes do movimento de novembro de 1935 (julgava que a situação brasileira “não se resolvia com o levante de um regimento”); e a segunda, após a prisão. No decorrer do encontro, *Miranda* escreveu uma carta ao cunhado Luís, na qual manifestou comoção frente à descoberta do cadáver da companheira e explicou os motivos do rompimento com a atividade orgânica, os elementos e os métodos do partido. Finalmente, reiterou: “Elvira não fez delações na Polícia, não deu declarações, não estava a serviço da Polícia; ela morreu inocente, inocente como sempre viveu...”²³

O FANTASMA DE *MIRANDA*

Segundo Vianna (2007, p.395), Antônio Maciel Bonfim, ao sair da prisão, sofria de tuberculose, havia perdido um rim, em virtude dos espancamentos, e estava na mais absoluta miséria. Edmundo Moniz (1911-1997) ainda conseguiu um emprego de revisor em um jornal para o antigo dirigente. Em junho de 1941, Antônio concluiu um artigo intitulado “Alguns aspectos econômicos da Bahia”, apreendido pela DESPS.²⁴ Não se tratava de panfleto subversivo, mas de um trabalho encomendado pela revista *Cultura Política*. Naquele ano, o periódico lançou a seção “O trabalho e a economia nacional”, “destinada ao estudo amplo de todos os problemas do trabalho, da riqueza e da produção nacionais”. Em setembro, o texto veio à luz no sétimo número da publicação. Entretanto, como a seção era constituída a partir de artigos editoriais, a cargo de “um corpo de redatores especializados em assuntos de economia, trabalho e produção”, o nome do autor foi omitido – privando Bonfim do reconhecimento pela elaboração do opúsculo.²⁵

As informações sobre Antônio Bonfim nos anos que se seguiram ao cumprimento da pena atribuída pelo TSN são escassas ou desconstruídas. Em suas

memórias, Lacerda (1977, p.37 e 50) aludiu ter encontrado o antigo dirigente em um jantar, no Rio de Janeiro, quando ainda escrevia a coluna “Tribuna da Imprensa” para o *Correio da Manhã*, em meados da década de 1940. *Miranda* estava magro e envelhecido, tornara-se católico e trabalhava como funcionário de um sindicato de fabricantes ou comerciantes de materiais de construção. Conforme outros autores, Bonfim retornou à Bahia, falecendo em Alagoinhas, pouco tempo depois (Morais, 2008, p.299; Vianna, 2007, p.396; Waack, 1993, p.346).

Mas algo ainda pode ser evidenciado sobre os últimos anos de vida do dirigente comunista. As imprecisões sobre a data e o local de morte de Antônio Maciel Bonfim parecem ter sido elucidadas a partir da localização de um artigo do padre Arlindo Vieira (1897-1963), publicado na edição de 7 de maio de 1947 do *Correio da Manhã*. O reverendo Arlindo, intelectual católico e anti-comunista fervoroso, no corpo do necrológio “O companheiro de Elza Fernandes”, comunicou o óbito de *Miranda*, ocorrido em 2 de abril do mesmo ano, quando se encontrava gravemente enfermo, na “Casa de Saúde São José”, situada no Rio de Janeiro. De acordo com o sacerdote, Bonfim faleceu piamente, “munido de todos os sacramentos da Igreja”.²⁶ Por conta de mais uma ironia da musa Clio, a notícia do falecimento veio a lume no mesmo dia em que o Tribunal Superior Eleitoral cancelou o registro do PCB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, destaque-se que, contemplando a trajetória sinuosa da personagem central do artigo, não surpreende que a imagem de *Miranda* ainda seja objeto de intensas controvérsias, tanto na memorialística, quanto na historiografia das organizações brasileiras de esquerda. Porém, a contínua revisão histórica dos acontecimentos dos quais foi protagonista (a exemplo dos levantes de 1935) enseja recompor a sua biografia. A propósito, como salientou Dosse (2009, p.11), escrever a vida é um horizonte inacessível. Não obstante, estimula o desejo de narrar e compreender. Desde a Antiguidade, todas as gerações aceitaram a aposta biográfica, mobilizando os instrumentos que tinham à disposição. No entanto, os biógrafos escrevem, sem cessar, as mesmas vidas, realçam figuras idênticas, pois lacunas documentais, novas perguntas e novos esclarecimentos emergem constantemente. O gênero biográfico, assim como o conhecimento histórico, escreve-se primeiro no presente, resultando

em implicações ainda mais fortes quando há empatia por parte do autor. Em síntese: “A biografia pode ser um elemento privilegiado na reconstituição de uma época, com seus sonhos e angústias”. Portanto, recompor a trajetória de Antônio Maciel Bonfim possibilita colocar em questão alguns dos obstáculos que se interpõem aos historiadores quando enfrentam o *desafio biográfico*.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.
- BARATA, Agildo. *A vida de um revolucionário: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- BARROS, Salomão. *Vultos e feitos do município de Alagoinhas*. Salvador: Artes Gráficas, 1979.
- BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- _____. *História sincera da República: de 1930 a 1960*. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.
- BRANDÃO, Otávio. *Combates e batalhas: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- BRASIL. Polícia Civil do Distrito Federal. *A insurreição de 27 de novembro*: Relatório do Delegado Eurico Bellens Porto. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.
- CARONE, Edgard. *A República Velha: I. instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel, 1978.
- _____. *O PCB, 1922-1943*. São Paulo: Difel, 1982.
- DEL ROIO, Marcos. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940). In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Org.) *História do marxismo no Brasil*. vol. 5: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007. p.11-72.
- DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.
- DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Jainaína (Org.) *Usos e abusos de história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. p.167-182.
- LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Ed. FGV, 1996. p.141-184.
- LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos: memórias de militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- MORAES, Dênis; VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 1997.

- MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva; Fapesp, 2002.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão*: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- PRESTES, Anita Leocadia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35). São Paulo: Brasiliense, 2008.
- REIS, Dinarco. *O PCB e a luta de classes no Brasil*. vol. 1. São Paulo: Novos Rumos, 1987.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris. *O Brasil Republicano*. vol. 3: Sociedade e Política (1930-1964). São Paulo: Difel, 1993. p.361-443.
- ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas*: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil – 1930-1954. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935*: sonho e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- VILAS-BOAS, Sergio. *Biografismo*: reflexões sobre a escrita de vida. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.
- WAACK, William. *Camaradas*: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NOTAS

¹ Doutor em História (Unicamp, 2007). Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local (PPGHIS), Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus V.

² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). Fundo: Polícias Políticas (POL. POL.). Série: Comunismo. Prontuário GB 1890. Polícia Civil do Distrito Federal - DESPS – Antônio Maciel Bonfim ou Adalberto de Andrade Fernandes ou Américo de Carvalho vulgo Miranda. 8 abr. 1940.

³ BONFIM, Antônio. Lembrando. *Correio de Alagoinhas*, Alagoinhas, 25 abr. 1925, p.2. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). Acervo: Jornais.

⁴ FOI sempre intensa a actividade vermelha do pseudo Adalberto Fernandes. *Estado da Bahia* (2ª ed.), Salvador, 4 abr. 1936, p.8. IGH. Acervo: Jornais.

⁵ *Ibidem*.

⁶ FOI sempre intensa a actividade vermelha do pseudo Adalberto Fernandes; TAMBEM renega o comunismo o secretario do partido! *A Noite* (edição final), Rio de Janeiro, 20 abr. 1940, p.1-2. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=; Acesso em: 15 ago. 2015.

⁷ BONFIM, Antônio. Esperamos muitas reformas e mais o divórcio. *Correio de Alagoinhas*, Alagoinhas, 7 jun. 1926, p.1. IGHB. Acervo: Jornais; Idem. Norte e sul do Brasil. *Correio de Alagoinhas*, Alagoinhas, 26 jul. 1926, p.1. IGHB. Acervo: Jornais.

⁸ FOI sempre intensa a actividade vermelha do pseudo Adalberto Fernandes; BOAS-FES-TAS. *Correio de Alagoinhas*, 28 dez. 1927, p.2. IGHB. Acervo: Jornais; HOSPEDES e viajantes. *Correio de Alagoinhas*, Alagoinhas, 10 set. 1929, p.1. Centro de Documentação e Memória de Alagoinhas (CENDOMA). Acervo: Jornais.

⁹ FOI sempre intensa a actividade vermelha do pseudo Adalberto Fernandes; OS PRO-DROMOS da Revolução na Bahia. As interessantes declarações do general João de Oliveira Freitas. *A Noite* (edição extraordinária), Rio de Janeiro, 26 jan. 1931, p.5. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_03&pasta=ano%20193&pesq=; Acesso em: 15 ago. 2015.

¹⁰ O OLHO de Moscou! *Diário de Notícias*, Salvador, 16 set. 1930, p.1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB). Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais; ABORTOU a ‘Liga de Acção Revolucionária’. *A Tarde*, Salvador, 16 set. 1930, p.10. IGHB. Acervo: Jornais; O OLHO de Moscou visando o Brazil. *Diário de Notícias*, Salvador, 17 set. 1930, p.1. BPEB. Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais; O ‘COMLOT’ comunista. *A Tarde*, Salvador, 17 set. 1930, p.10. IGHB. Acervo: Jornais.

¹¹ CUIDEM, agora, de outra vida! *Diário de Notícias*, Salvador, 27 set. 1930, p.1. BPEB. Setor: Periódicos Raros. Acervo: Jornais; ANTONIO Bomfim quer voltar para a Bahia, para o seio da sua família. *Estado da Bahia*, Salvador, 9 abr. 1936 (2ª ed.), p.8. IGHB. Acervo: Jornais; FOI sempre intensa a actividade vermelha do pseudo Adalberto Fernandes.

¹² APERJ. Prontuário GB 1890, Anotação Diversas, p.1; documentos 2-9.

¹³ PRESTES, Luiz Carlos. O Exercito Vermelho em 1934. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 1 ago. 1934, p.3. Centro de Documentação e Memória (CDM). Fundação Maurício Grabois. Disponível em: http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_610.pdf; Acesso em: 15 ago. 2015; A FILIAÇÃO de Luiz Carlos Prestes ao PCB. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 12 set. 1934, p.4. CDM. Fundação Maurício Grabois. Disponível em: http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_613.pdf; Acesso em: 15 ago. 2015.

¹⁴ BONFIM, Antônio. A greve da Companhia Ferroviária Este Brasileiro, na Bahia. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 10 abr. 1935, p.6. Centro de Documentação e Memória (CDM). Fundação Maurício Grabois. Disponível em: http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_618.pdf; Acesso em: 15 ago. 2015; Idem. Integralistas golpistas. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 1 maio 1935, p.13. CDM. Fundação Maurício Grabois. Disponível em: http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_619.pdf; Acesso em: 15 ago. 2015; Idem. Viva a paz! Com as armas nas mãos do povo, voltadas contra os abutres imperialistas e lacaios nacionais. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1935, p.5-6. CDM. Fundação Maurício Grabois. Disponível em: http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_620.pdf; Acesso em: 15 ago. 2015; ESCLARECIMENTO. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1935, p.4. CDM. Fundação Maurício Grabois. Disponível em: http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_620.pdf; Acesso em: 15 ago. 2015.

¹⁵ FOI preso o secretario do Partido Comunista do Brasil. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 jan.

1936, p.3. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=110523_03&pasta=ano%20193&pesq=; Acesso em: 15 ago. 2015.

¹⁶ APERJ. Prontuário GB 1890. Habeas Corpus. Octávio da Silveira – impetrante. Adalberto Fernandes e Clovis de Araujo Lima – pacientes. Doc. 23.

¹⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). Fundo: Polícias Políticas (POL. POL.). Série: Comunismo. Presos políticos da Detenção dirigem-se ao Snr Getulio Vargas, 29 de junho de 1936, p.3.

¹⁸ Sobre a companheira de *Miranda*, sabe-se que, de fato, o prenome era Elvira. Mas, nas fontes e referências consultadas, os sobrenomes aparecem grafados de diversas formas: Cappello Colon; Copello Calonio; Cupello Calonio; Cupelo Calonio; Cupelo Coloni; e Cupelo Colônio (Cf. Rose, 2001, p.255).

¹⁹ O SECRETARIO do Partido Comunista é bahiano e aqui exerceu suas actividades vermelhas. *Estado da Bahia* (segunda edição), Salvador, 2 abr. 1936, p.1. IGHB. Acervo: Jornais; DE PROFESSOR a grevista. *Estado da Bahia* (2ª ed.), Salvador, 3 abr. 1936, p.1. IGHB. Acervo: Jornais.

²⁰ A IDENTIDADE do secretario do Partido Comunista do Brasil. *O Jornal* (2ª ed.), 3 abr. 1936, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=110523_03&pasta=ano%20193&pesq=; Acesso em: 15 ago. 2015.

²¹ APERJ. Prontuário GB 1890, documento 10.

²² APERJ. Prontuário GB 1890, Anotações Diversas, p.3-4.

²³ TAMBEM renega o comunismo o secretario do partido, p.2.

²⁴ BONFIM, Antônio. *Alguns aspectos econômicos da Baía*. Rio de Janeiro: [s.n.], jun. 1941. p.1-26. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). Fundo: Polícias Políticas (POL. POL.). Série: Comunismo. Folhetos apreendidos pela DESPS.

²⁵ A ECONOMIA dos estados. I. Baía. *Cultura Política*: revista mensal de estudos brasileiros. Rio de Janeiro, n.7, set. 1941, p.165-184.

²⁶ VIEIRA, Arlindo. O companheiro de Elza Fernandes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 maio 1947, p.4. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=; Acesso em: 15 ago. 2015.

Artigo recebido em 18 de agosto de 2015. Aprovado em 16 de novembro de 2015.